

O valor patrimonial dos espaços públicos no centro da cidade de Valinhos (SP)

The patrimonial value of the public spaces of Valinhos town center, São Paulo State

Carolina Sumaquero Gutmann
carolinagutmann@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Maria Cristina Schicchi
crisschicchi@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO – As cidades da Região Metropolitana de Campinas (RMC), nas últimas duas décadas, vêm passando por um processo de regionalização das atividades, com consequências para a estruturação de seus tecidos urbanos. Os novos padrões urbanísticos decorrentes de processos de segregação urbana, do intenso fluxo migratório e da conurbação física entre cidades afetam as formas de vida local e, em especial, o uso e a apropriação dos espaços públicos. São transformações que reduzem o caráter público dos espaços livres e induzem a descaracterização do patrimônio edificado dos centros tradicionais, ao esvaziá-los de suas funções cotidianas, cívicas e recreativas, processo agravado ainda mais quando se tornam objeto de especulação imobiliária e segregação socioespacial. Neste estudo, foi possível evidenciar o valor patrimonial inerente aos espaços públicos, historicamente constituídos e formadores do traçado urbano da cidade de Valinhos. Da análise de três casos de estudo, relacionados com distintos períodos da formação do território, desde antigos caminhos, depois, vias de acesso, até se tornarem eixos de expansão da urbanização recente, foi possível detectar a importância de tratá-los como unidades de preservação, ou seja, como nucleadores do que chamamos de “zonas de interesse cultural”.

Palavras-chave: espaços públicos, patrimônio urbano, políticas de preservação, gestão, Valinhos, urbanismo.

ABSTRACT – The cities that belong to the Campinas Metropolitan Region have been undergoing a process of regionalization of their activities over the last two decades, with a direct impact on the structure of their urban fabric. The new urbanistic patterns derived from the processes of urban segregation, intensive migratory streams and physical conurbation among the cities have a strong effect on the appropriation of public spaces. These transformations affect the forms of public life, particularly the use and appropriation of public spaces. They reduce the public character of those spaces and de-characterize the buildings in traditional downtown areas by emptying them of their civic and recreational functions. This process is aggravated when they become objects of real estate speculation and social-spatial segregation. The article shows the patrimonial value that is inherent in the public spaces of the town of Valinhos that were historically constituted and determine its urban configuration. On the basis of a study of three public spaces of Valinhos related to different periods of the territory's formation, it discusses the importance of treating them as preservation units, i.e. as centers of the so called “cultural interest zones”.

Key words: public spaces, urban patrimony, preservation policies, urban administration, Valinhos, urbanism.

Introdução

Na literatura existente sobre as transformações nos espaços públicos de cidades grandes e capitais, ao longo das últimas três décadas, aponta-se para um esvaziamento ou ausência de convívio nas ruas e praças tradicionais, em simultâneo ao surgimento de espaços de consumo e socialização cada vez mais especializados e segregados do tecido urbano. Todavia, seria esse processo uma tendência de transformação a ser considerada para todas as cidades? A observação empírica e a vivência em cidades médias e

pequenas, inseridas em complexas formas de vida metropolitana, apontam que esta condição deve ser relativizada.

Por outro lado, são inúmeras as discussões sobre o papel dos espaços públicos em estratégias de recuperação urbana, em que o patrimônio cultural aparece como fator fundamental de planos e programas, ou como elemento atrativo para a exploração econômica. E essa visão está presente nas intervenções urbanas em cidades de todo porte. Porém, no caso das cidades médias e pequenas de formação recente, ou que sofreram renovação e tiveram seu legado histórico descaracterizado, como ocorreu com

a maioria das cidades da Região Metropolitana de Campinas, como identificar o que é hoje patrimônio cultural? Como fundamentar a ação dos poderes públicos municipais diante da ausência de consenso sobre o que valorizar?

Sobre tais aspectos se concentra o argumento principal da pesquisa que serviu de base para este artigo. Para estudar a condição atual dos espaços públicos nas cidades de médio porte integrantes da RMC, foi escolhida como caso de estudo a cidade de Valinhos, e selecionadas e analisadas três de suas praças. Tal seleção, entretanto, foi feita a partir de uma primeira leitura da formação do território da cidade, originalmente pertencente a Campinas, local de passagem desde o final do século XIX, cujos povoados foram se constituindo, ao longo do tempo, a partir de caminhos abertos para acesso do litoral ao interior do estado e vice-versa, e, nas análises que se seguiram, buscou-se compreender a transformação do território e o papel que cada um dos espaços adquiriu no processo, até os dias atuais.

Assim, da análise destes três espaços públicos, as praças São Sebastião, Washington Luiz e o Centro de Convivência Brasil 500 Anos, constituídos sucessivamente no tempo e relacionados com os antigos caminhos, depois com as vias de acesso a partir das rodovias, até se tornarem eixos de expansão da urbanização recente, foi possível detectar a importância de tratá-los como unidades de preservação, ou seja, como nucleadores de “zonas de interesse cultural”, cujo valor reside na sua importância para a manutenção da identidade local e da vida pública, em meio a processos de urbanização descontinua do território, caracterizados pela intensificação dos deslocamentos regionais, especialização das atividades urbanas, surgimento de enclaves privados (shoppings, condomínios residenciais, centros comerciais, industriais e administrativos, etc.) e segregação socioespacial do espaço urbano.

Espaços públicos e seu valor patrimonial

De acordo com Carrión (2010), o centro histórico de uma cidade, tomado como conjunto, é um espaço público por excelência, um elemento articulador do espaço intraurbano das cidades. Por suas características simbó-

licas e condições de acessibilidade, torna-se um espaço de disputa e de interesses, mas também um espaço de desejos. Não obstante, várias ações ao longo dos anos, em especial a partir da segunda metade do século XX, culminaram com o desgaste e desvalorização dos centros históricos, com a evasão de instituições políticas e de sedes administrativas, a popularização de atividades e a falta de investimentos públicos e privados na recuperação de seus espaços e construções. Segundo o autor, portanto, para se fortalecer o caráter de centralidade dos centros tradicionais, é necessária a reconstrução de uma dupla dimensão: como espaço público, que permita a renovação de si mesmo e de toda cidade, e como objeto de interesse da gestão urbana, para que recupere e reverta a deterioração histórica do exercício da função pública.

Tendo em vista que as cidades respondem mais a uma organização da esfera privada do que da pública, as praças constituem os únicos pontos articuladores da cidade, papel que, como já apontado, deve ser preservado para que o centro e a cidade de forma geral mantenham sua característica de centralidade. As praças são espaços permanentes e de permanência em diferentes períodos e diferentes gerações. Constituem marcas no tecido urbano que fazem parte da gênese da urbanização e configuram o que se poderia denominar de urbanismo histórico (Chateloin, 2008)¹.

Nas últimas décadas, nas intervenções propostas em áreas centrais de várias cidades capitais, os espaços públicos têm sido concebidos como objetos de marketing urbano e cultural, sendo protagonistas em estratégias de planos de requalificação. Sob este aspecto, respondem à demanda de produção de uma imagem urbana, em geral, associada à renovação empreendida pelos poderes políticos e econômicos, que tem na valorização do solo urbano o seu principal indutor de transformação e resulta da associação da exploração turística e espetacularização² do patrimônio edificado. Um dos desdobramentos possíveis deste processo é a transformação dos espaços públicos em locais de consumo e lazer. Festas típicas e tradicionais são exploradas em seus aspectos mais específicos e simbólicos como mercadorias, visando o consumo cultural de massa (Serpa, 2007).

¹ De acordo com Chateloin (2008, p. 10-11), no século XIX foram feitos os primeiros estudos do urbanismo histórico na Europa, não com a intenção de proteção urbanística de áreas antigas, mas para estabelecer uma nova organização da cidade que permitia solucionar os problemas decorrentes do crescimento acelerado das cidades após a Revolução Industrial. Entre 1830 e 1850 começaram a surgir os primeiros planos urbanísticos, baseados nas leis sanitárias, que se desenvolveram sem dar grande importância ao que estava historicamente consolidado. Pretendia-se obter uma imagem moderna, já que a cidade antiga se tornara obsoleta e incapaz de representar o espírito de desenvolvimento do período. Porém, mesmo não sendo parte de seus objetivos, estes novos planos urbanísticos trouxeram à tona a essência da cidade histórica e seu sentido de identidade. O crescimento das cidades e as transformações em suas áreas históricas evidenciaram as diferenças entre suas partes. Começou, então, a se desenvolver a consciência da existência de um urbanismo patrimonial e sua qualidade como monumento, que conformaria os atuais centros históricos.

² Segundo Serpa, a espetacularização do espaço público ocorre quando festas e manifestações populares são transformadas em “festas-mercadoria” para o consumo cultural de massa. “As cidades são reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, na proliferação (desigual) de equipamentos culturais. Nasce a cidade da ‘festa-mercadoria’. [...] É a cidade das requalificações e revitalizações urbanas, a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo” (Serpa, 2007, p. 107).

Neste sentido, também verifica-se uma homogeneização das táticas e políticas adotadas pelos poderes públicos para a requalificação de áreas urbanas, decorrente da difusão de modelos internacionais e do desejo de alinhamento aos padrões das cidades globalizadas. Segundo Muñoz, é possível verificar a

[...] existência de um sistema de produção de paisagem que tem como objetivo gerar morfologias, atmosferas e ambientes urbanos paradoxalmente sem temporalidade e espacialidades reais, mas simuladas ou clonadas. Uma produção de forma urbana globalizada que se concretiza em uma série de paisagens comuns orientadas não ao consumo do lugar mas de sua imagem, independentemente de onde se encontra fisicamente o visitante consumidor (Muñoz, 2008, p. 50).

O autor descreve como se dá a busca de uma ordem visual homogênea nas cidades, apoiada nestas imagens, a qual denomina de “urbanização”, termo que define o processo de criação de paisagens urbanas limpas, seguras e divertidas, prontas para o consumo visual turístico. Estas paisagens podem ser observadas não só em parques temáticos ou centros comerciais como os *shopping centers*. Também estão presentes em muitos projetos de renovação propostos para os centros históricos, como os de frentes marítimas ou áreas portuárias. A cidade “urbana”, segundo o autor, se apoia em quatro requerimentos que mantêm e alimentam o processo de “urbanização”:

a imagem como o primeiro fator de produção de cidade, a necessidade de condições suficientes de segurança urbana, a utilização de alguns elementos constitutivos da cidade, como os espaços públicos para fins de lazer, e o consumo do espaço urbano em tempo parcial, o que implica um predomínio de comportamentos vinculados à experiência do visitante mais do que à do habitante local (Muñoz, 2008, p. 67).

Nos grandes planos de expansão e requalificação de tecidos urbanos, bem como nas operações urbanas, a implantação de espaços públicos abertos, como parques e praças, está sempre presente, entre outros motivos, porque seu benefício é inquestionável pela população local e *a priori* não apresentam nenhum aspecto inovador ou ameaçador ao ambiente urbano. Porém o que se produzem são intervenções pontuais que, conforme aponta Arantes (in Serpa, 2007, p. 62), “restringem-se a produzir cenários, destinados à fascinação dos futuros usuários, transformando os novos parques urbanos em imagens publicitárias das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhes algum conteúdo ou significado”.

Conforme se verifica, o conjunto das reflexões apresentadas, baseadas na bibliografia sobre o tema, leva à conclusão de que os espaços públicos tradicionais estariam obsoletos e esvaziados, já que o encontro tenderia a se concentrar hoje em lugares semipúblicos e coletivos privados, como nos clubes e espaços coletivos internos aos condomínios e loteamentos fechados, e nos *shopping centers* das cidades e da região, principalmente em contextos metropolitanos, como é o caso de Campinas. No entanto, não foi o que se observou no estudo das praças de Valinhos³.

Valinhos passou por um processo muito rápido de mudança na forma de uso e apropriação de seu território, não obstante ter sido desmembrada de Campinas há pouco mais de meio século. Esta rápida transformação permite formular algumas hipóteses sobre o valor patrimonial dos espaços de permanência remanescentes, como os espaços públicos existentes, uma vez que, quase sempre, neles encontramos os vestígios dos diversos períodos pelos quais passou a cidade.

E o espaço público tem sua expressão mais plena quando ganha a dimensão de um centro histórico. Este deve, portanto, se tornar um local de inovação, responder ao desejo de uma cidade possível e, para tal, ser entendido como um princípio (Schicchi, 2003) ou um projeto (Carrión, 2010), sempre por um viés prospectivo e não somente como lugar de memória.

Também de acordo com Mesentier (2006), o patrimônio cultural edificado pode ser tomado como um ponto referencial na construção da memória social. É “como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação socioterritorial” (Mesentier, 2006, p. 3). Porém, segundo o autor, “a preservação de áreas urbanas de valor patrimonial favorece a construção de identidades regionais e locais; identidades étnicas e religiosas [...] desde que preservados os correspondentes suportes da memória” (Mesentier, 2006, p. 10).

Para o autor, se a memória coletiva é socialmente construída, a preservação do patrimônio cultural não pode ficar restrita a apenas um conjunto de ações do poder público. Não se pode ignorar que a preservação do patrimônio material se faz pela escolha dos suportes (edifícios, monumentos, espaços públicos, lugares, etc.) que serão preservados.

No contexto das atuais transformações econômicas e territoriais das pequenas e médias cidades do interior paulista, o patrimônio passa a representar para a política

³ Em pesquisa realizada sobre quatro praças de Belo Horizonte (Praça J.K., Praça Lagoa Seca, Praça XV e Área de Esporte e Lazer da Via Expressa), Andrade *et al.* (2009, p. 149) apontam que é possível relativizar as reflexões recentes que apontam para a morte do espaço público. A conclusão a que os autores chegam é que as praças analisadas são bastante frequentadas, mas busca-se cada vez mais a convivência entre iguais, e a segregação socioespacial que se observa nos espaços públicos é a mesma que se observa para toda a cidade. Ou seja, não há uma recusa à praça, mas uma recusa em interagir com as diferenças. Dessa forma, uma das qualidades dos espaços públicos, a possibilidade do encontro entre diferentes, vem sendo evitada pelos novos usuários.

urbana um conjunto de estruturas simbólicas que alimenta a dinâmica cultural na contemporaneidade, além de constituir um fator de atração local para atividades produtivas que incorporem a qualidade ambiental da área ao valor dos bens e serviços comercializados. Ocorre, portanto, como aponta Mesentier (2006, p. 16), “a supervalorização do caráter artístico-cultural do patrimônio que possibilita que as intervenções urbanísticas venham a negligenciar o caráter de suporte da memória social das áreas urbanas de valor patrimonial”.

Transformações na Região e incorporação de novos valores aos modos de vida local

A Região Metropolitana de Campinas foi instituída em 2000 e abrange um conjunto de 19 municípios (EMPLASA, 2000; Governo do Estado de São Paulo, 2000)⁴. Estes vêm sofrendo uma série de transformações em suas estruturas urbanas e em seus espaços públicos e históricos, conforme apontado, devido ao surgimento de um complexo intercâmbio de pessoas, informações, economias e políticas. Desde a sua criação, a RMC vem apresentando um duplo processo de desenvolvimento urbano: intensos pontos de conurbação⁵, por um lado, e, por outro, uma urbanização descontínua, assim como o surgimento de aglomerados de condomínios, simultaneamente a um forte êxodo rural, tornando difícil a distinção de identidades e a apropriação de espaços públicos em cada cidade.

Atualmente, a RMC possui 2.832.367⁶ habitantes. Apresenta traços de heterogeneidade social, produtiva e espacial. Além disso, o crescimento de oportunidades de emprego e educação da RMC acarretou um significativo processo de imigração de pessoas de outras cidades e regiões que gerou uma mudança nos processos de formação de identidades locais.

Com a expansão e reorganização funcional da RMC, surgem os grandes empreendimentos de comércio, serviços e habitação de médio e alto padrão ao longo das principais rodovias, criando uma rotina de deslocamentos que colaboram para “o abandono do espaço público e a privatização de espaço coletivo, criando novas centralidades, principalmente na direção Campinas-Jaguariúna, Campinas-Valinhos-Vinhedo e Campinas-Indaiatuba” (Caiado e Pires, 2006, p. 302).

As novas formas de lazer, disseminadas nos *shopping centers* do eixo da Rodovia Dom Pedro I, os novos

empreendimentos comerciais que surgem em cidades de seu entorno, como em Itupeva (Shopping Outlet Premium) e em Jundiaí (Shopping Iguatemi), e parques temáticos, como o *Hopi Hari* e o *Wet'n'Wild* na Rodovia dos Bandeirantes, em conjunto com o surgimento de inúmeros condomínios e loteamentos, constituem um reforço da alienação e isolamento de uma parte da população em relação à vida nas cidades.

No caso do município de Valinhos, a caracterização atual da população residente tem relação com o processo migratório, e a dinâmica da cidade é definida principalmente por fatores de mobilidade urbana. A influência da imigração no processo de urbanização da cidade pode ser constatada, nos últimos 20 anos, observando-se o processo de substituição de fazendas com atividades agrícolas e terras cultiváveis por condomínios fechados para atender à nova demanda de imigrantes. Com isso, a baixa densidade de ocupação rural foi sendo modificada por este novo tipo de moradia, processo que influi nos deslocamentos intraurbanos e na própria conformação dos espaços urbanos, deslocando ou reposicionando antigos espaços de articulação, como as praças mais antigas e o próprio centro urbano como um todo.

Outro dado importante para entender a dinâmica do município em relação à Região Metropolitana de Campinas são os deslocamentos pendulares⁷. A pendularidade pode revelar distintos processos que levam à sua intensificação e, se o movimento pendular foi característico de camadas de baixa renda até meados da década de 1980, devido à dificuldade de moradia acessível próxima aos centros, este processo hoje também pode ser constatado nas escolhas pessoais e familiares de uma classe de maior renda, que privilegia a qualidade de vida proporcionada pela especialização e segregação das atividades, levando a uma alienação em relação aos problemas e ao não enfrentamento dos conflitos inerentes à cidade, em função de um tempo menor de deslocamento. Este contexto é típico de cidades como Valinhos e Vinhedo, na RMC, o que permite considerá-las cidades-dormitório de alta renda, mas outras cidades, como Hortolândia e Sumaré, apresentam também este processo ligado às classes de menor renda (Miglioranza e Cunha, 2006).

O município de Valinhos (SP)

Valinhos é uma cidade do interior paulista com 108.621 habitantes⁸, localizada a 90 km de São Paulo

⁴ São eles: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Barbara D'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (Art. 1º da Lei Complementar Estadual 870 de 19 de junho de 2000).

⁵ De acordo com Villaça (1998), os processos de conurbação têm origem na intensa troca de informações, energia, capital, trabalho e pessoas. Uma cidade passa a absorver outra e ambas sofrem transformações em seus núcleos urbanos

⁶ Estimativa populacional preliminar para julho de 2011 (IBGE, 2011).

⁷ Movimentos pendulares são assim definidos por Miglioranza (2005, p. 3): “considera-se a pessoa que declarou trabalhar ou estudar em município diferente daquele de residência atual, independentemente de sua condição de naturalidade no município de residência”.

⁸ Estimativa populacional preliminar para julho de 2011 (IBGE, 2011).

e 7 km de Campinas, e forma uma conurbação com esta última. A cidade é atravessada por duas das principais rodovias do estado, a Rodovia Dom Pedro I e a Rodovia Anhanguera, principais responsáveis por sua localização estratégica.

A cidade, até seu desmembramento em 1953, era um antigo bairro do município de Campinas. Tem sua história ligada ao ciclo das bandeiras. De acordo com Pires (2000), os bandeirantes tinham como rota de penetração até os sertões de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais os caminhos que passavam por Jundiá e os “campinhos de mato grosso” (que viriam a ser a cidade de Campinas).

Mas para entender a forma como se deu a expansão urbana em Valinhos, nas últimas décadas, é importante analisar o papel que o surgimento dos condomínios e loteamentos fechados (relacionado às transformações metropolitanas) teve neste processo. Eles foram responsáveis por atrair novos moradores em busca de qualidade de vida, em residências de alto padrão com apelo à segurança privada. De acordo com Sciota:

Devido à existência das chácaras de recreio, a cidade tornou-se atraente sob o aspecto habitacional para a população com perfil de melhor poder aquisitivo, classes média e alta, que emigrou maciçamente da região em busca da segurança dos núcleos fechados, da inexistência de favelas, além de um pretenso padrão estético de beleza (Sciota, 2002, p. 61)⁹.

Segundo a pesquisa realizada por Miglioranza (2005), estes novos moradores¹⁰, ou este grupo específico de “territoriantes”, como são denominados por Muñoz (2008), que chega à cidade de Valinhos, vem para residir e não para trabalhar. Os moradores mantêm laços de trabalho com suas cidades de origem utilizando o fácil acesso proporcionado pela boa infraestrutura da cidade e a proximidade das rodovias Anhanguera e Dom Pedro I. Desta forma “usam muito pouco do que a cidade oferece, acabam contribuindo apenas para gerar um fluxo de deslocamento pendular característico da cidade” (Miglioranza, 2005, p. 8).

A socialização, antes feita em praças, nos clubes e na rua, agora é proposta dentro dos muros, e entre classes semelhantes. A segregação da socialização pode ser vista também nos espaços coletivos, já que, atualmente, um dos principais pontos de encontro e realização do *footing*¹¹ é o espaço aberto de acesso ao Shopping de Valinhos, no período noturno e nos finais de semana, o qual está loca-

lizado no centro da região dos condomínios fechados de alto padrão da cidade.

Há um aspecto importante a destacar sobre o crescimento e a urbanização de Valinhos a partir da análise de seus planos diretores. Em nenhum destes planos consta qualquer menção à existência de espaços públicos ou arquitetônicos a preservar, e até o período atual não foram criados pela administração grupos ou comissões para tratar da questão da preservação. Valinhos possui dois bens históricos tombados pelo CONDEPHAAT: a Casa de Flávio de Carvalho¹² e a sede da antiga fazenda de São Bento de Cacutá¹³. Ou seja, são patrimônios singulares que não fazem parte do contexto urbano e, ainda que significativos, são pouco conhecidos e caracterizam um conjunto de bens dispersos.

Apenas o plano diretor vigente, o Plano Diretor III da Lei 3.841 de 21 de Dezembro de 2004, apresenta algumas diretrizes específicas para os espaços públicos, porém sem projetos ou regulamentações definidos. O plano menciona a implantação de uma política de preservação, incentivando a manutenção de espaços próprios, a realização de pesquisas e a preservação das manifestações culturais, de forma a manter as tradições locais, mas não indica instrumentos, órgãos ou outros dispositivos a serem implementados para sua identificação e regulação.

Os espaços públicos de Valinhos

Em uma primeira análise, os espaços públicos do município de Valinhos podem ser caracterizados da seguinte forma: praças de porte municipal, localizadas em áreas centrais e com forte comércio no entorno; praças locais de bairros residenciais (bairros centrais ou periféricos); espaços públicos e áreas de lazer implantadas respectivamente dentro de loteamentos e condomínios fechados; e os grandes parques municipais, que são áreas cercadas, com controle de acesso e que têm uso intenso durante algum evento pré-determinado, além das ruas, avenidas, canteiros e rotatórias.

Destes, para análise mais aprofundada nesta pesquisa, conforme já apontado, selecionaram-se três praças: o Largo São Sebastião, localizado na frente da igreja Matriz e na área central da cidade; a Praça Washington Luiz, próxima à área central, e o Centro de Convivência Brasil 500 Anos, uma praça linear ao longo da Avenida dos Esportes. Estas praças se enquadram no perfil de espaços públicos de caráter e uso municipal, não são somente de

⁹ Sciota apresenta também índices do IBGE que mostram que, em 1970, 49,35% da população residente não era natural de Valinhos, e em 1980 este número aumentou para 60,04%.

¹⁰ De acordo com estudos realizados pelo NEPO (Núcleo de Estudos de População da Unicamp), a Região Metropolitana de Campinas recebeu entre 1995-2000 291.370 imigrantes, dos quais 11.671 tiveram como destino Valinhos.

¹¹ Ou, na apropriação local da palavra inglesa: passeio informal, de forma reiterada no espaço, e que permite a aproximação do olhar entre as pessoas.

¹² Processo: 00286/73 Tomb.: Res. de 12/5/82 D.O.: 21/5/82. Livro do Tombo Histórico, Inscrição no 270, p. 70, 25/3/1987. CONDEPHAAT.

¹³ Processo: 38.716/99 Tomb.: Res. SC 56 de 09/12/04 D.O.: 17/12/04. Livro do Tombo Histórico, Inscrição no 349, p. 93, 22/09/05. CONDEPHAAT.

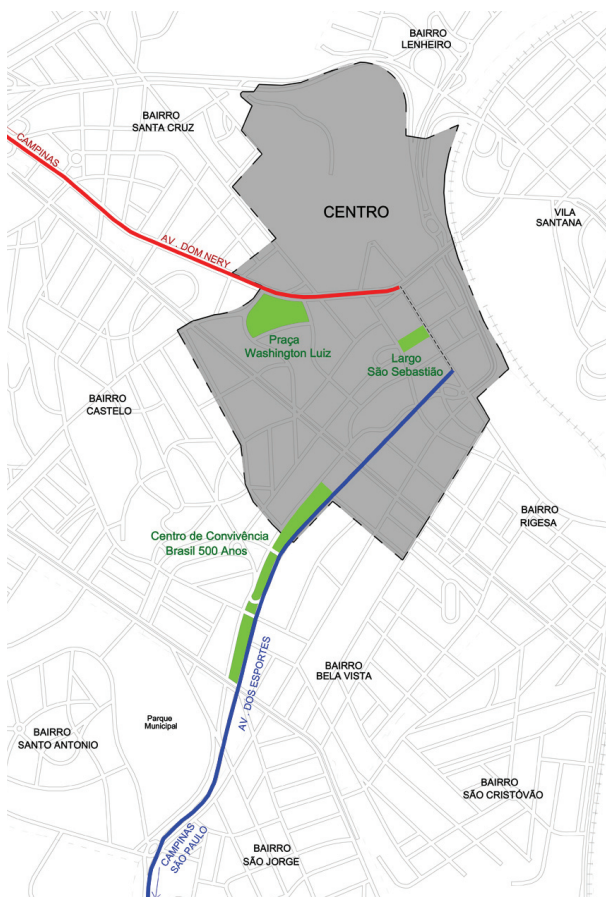


Figura 1. Mapa de localização das praças selecionadas para estudo.

Figure 1. Localization map with the squares selected for the study.

Nota: De acordo com análises realizadas sobre a organização dos condomínios e loteamentos fechados, podem-se perceber dois eixos viários fortemente marcados no município. Estes eixos são: Av. Dom Nery-Rodovia Francisco Von Zuben, que faz a ligação com o centro de Campinas (eixo 01), e a Rodovia Comendador Guilherme Mamprim-Av. dos Esportes, que faz a ligação com a via Anhangüera (eixo 02). Os eixos possuem uma relação direta com o surgimento e as transformações dos espaços públicos analisados.

uso local, pois são ou foram de uso de toda a população valinhense em algum período da história.

Através de análises comparativas de indicadores e um levantamento de campo empírico dos espaços públicos selecionados, investigou-se a importância e o papel que estes espaços tiveram na formação e consolidação de bairros, na criação de uma identidade local, a condição de apropriação pela população nos dias atuais e de que forma a segregação urbana e social se refletiu no uso dos mesmos.

As três praças analisadas surgiram em distintos períodos históricos, econômicos e sociais do município de Valinhos. Em ordem cronológica, do Largo São Sebastião (Figura 2) tem-se registro desde 1939, no mapa da

Vila de Valinhos. É um dos primeiros espaços públicos da cidade, localizado em frente à igreja matriz, onde diversos encontros, festas e eventos ocorriam na cidade. Também está localizado no eixo que culmina na estação ferroviária, que está voltada para o outro lado da cidade, pois se acreditava que a cidade cresceria no sentido da atual Rodovia Dom Pedro I.

A Praça Washington Luiz (Figura 3) foi construída no final da década de 60, a partir da determinação *a priori* de um local para sua implantação. Nas décadas de 50 e 70, surge um grande número de loteamentos urbanos no entorno do centro mais antigo, e a praça, que está localizada próxima, marca um novo período de urbanização da cidade. A partir do loteamento que se abriu na área, antes pertencente à propriedade da antiga Chácara Ribeiro, fez-se a ligação da Avenida 15 de Novembro com a Avenida Dom Nery, principal ligação de Valinhos com o centro de Campinas.

Por fim, o Centro de Convivência Brasil 500 Anos (Figura 4) é uma praça linear que foi implantada em maio de 2000, ao longo da Avenida dos Esportes, com o intuito de tornar-se o novo cartão postal da cidade. Reforçou a tendência comercial da avenida, que faz ligação com a Rodovia Anhangüera, além de ter criado uma nova paisagem urbana para a cidade. O local onde foi implantada a praça era uma área alagadiça, de várzeas de córregos, subutilizada e remanescente da urbanização do entorno. O projeto da praça era uma diretriz já existente no Plano Diretor de 1971 para o aproveitamento da área, e fazia parte de um conjunto de projetos para a formação de um novo centro cívico.

As praças de Valinhos como unidades de preservação

O estudo das origens do povoamento aos desdobramentos mais recentes do tecido urbano do município de Valinhos, da gênese e transformação de cada espaço público objeto deste estudo, suscitou algumas questões sobre a formação da paisagem atual da cidade: Como podemos entender o papel destes espaços públicos na conformação e manutenção de paisagens urbanas locais? Qual teria sido sua importância para a formação dos bairros do entorno? Quais os efeitos das intervenções públicas realizadas ao longo do tempo e dos processos regionais em curso sobre os usos e as formas de apropriação? Em que consistiria o valor patrimonial destes espaços?

Primeiramente, é necessário ter em conta que a condição fundiária é o elemento-chave na forma como se deu o processo de urbanização. Segundo a pesquisa realizada por Sciota (2002), grande parte dos atuais bairros e condomínios fechados é oriunda do desmembramento de fazendas em chácaras, e de chácaras em loteamentos. Portanto, foi a permanência das áreas das fazendas,



Figura 2. Largo São Sebastião. Foto e análise de usos e fluxos (2010).

Figure 2. Saint Sebastian Square. Picture and use and flow analysis (2010).

Nota: Foram realizadas análises empíricas de campo relativas aos usos e fluxos da praça, em diferentes períodos do dia e da semana. Através dos mapas de usos e fluxos de cada período, é visível a movimentação e dinâmica da praça nos diferentes horários.



Figura 3. Praça Washington Luiz. Foto e análise de usos e fluxos (2010).

Figure 3. Washington Luiz Square. Picture and use and flow analysis (2010).



Figura 4. Praça Centro de Convivência Brasil 500 Anos. Foto e análise de usos e fluxos (2010).

Figure 4. Community Center Square - Brazil 500 Years Old. Picture and use and flow analysis (2010).

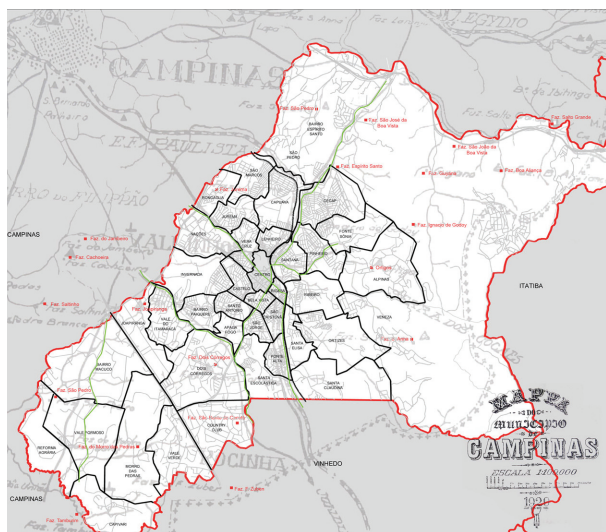


Figura 5. Junção do mapa do município de Valinhos de 2009 com mapa de localização das fazendas do município de Campinas de 1929

Figure 5. Combination of a 2009 Valinhos county map with a 1929 Campinas county farms location map.

Fonte: Mapa de localização dos bairros (Prefeitura Municipal de Valinhos, 2009); mapa do Município de Campinas (Monographia de Campinas, 1929).

relativamente íntegras até período bem recente, o que impulsionou o desenvolvimento inicial do povoado e, depois, o processo de parcelamento e urbanização, que ganhou força a partir da implantação da ferrovia para o escoamento da produção das fazendas locais, em 1872, ligando a capital ao interior paulista.

A localização de algumas destas fazendas foi obtida a partir da sobreposição de três mapas: o mapa atual com a localização dos bairros (PMV, 2009), o mapa da Villa de Valinhos (Livro do tombo nº 1 da Paróquia de São Sebastião, 1920¹⁴) e o mapa do município de Campinas (Monographia de Campinas, 1929¹⁵).

Analizando o mapa de localização de antigas fazendas (Figura 5), é possível identificar que grande parte dos bairros atuais surge a partir dos pontos de localização destas. É o caso dos bairros Macuco, Jurema, Dois Córregos e Joapiranga. As fazendas não só são marcos de origem de bairros, como, em alguns casos, as antigas instalações das fazendas são hoje utilizadas como sedes de condomínios e loteamentos fechados ou se tornaram equipamentos atrativos em clubes, como no caso do loteamento fechado Village Visconde de Itamaracá, da sede da fazenda São Bento de Cacutá¹⁶, do Clube de Campo no bairro Vale Verde e da fazenda Cachoeira, esta última adquirida no início

¹⁴ Mapa do “Livro de tombo no 01 da Paróquia de São Sebastião – Mappa fornecido ao Cartório de Vallinhos para fazer o recenseamento em 1920”, retirado do Memorial do Centenário, Câmara Municipal de Valinhos (1996).

¹⁵ Mapa anexo da *Monographia de Campinas* (1929).

¹⁶ Tombada pelo CONDEPHAAT em 2004, a casa sede da Fazenda São Bento do Cacutá, antiga residência de Joaquim Egydio de Souza Aranha, constitui-se em exemplar da arquitetura paulista rural do período da expansão cafeeira para o oeste paulista. O casarão, atualmente utilizado como sede do Clube de Campo Vale Verde, foi construído em meados do século XIX e, no decorrer dos anos, sofreu várias adaptações. Em 1940, as intervenções atingiram o piso da varanda, a cobertura, os sanitários, a rede elétrica e janelas externas. O projeto paisagístico do entorno, de 1972, é de autoria de Burle Marx. Fonte: Processo de Tombamento 38.716/99 Tomb.: Res. SC 56 de 09/12/04 D.O.: 17/12/04. Livro do Tombo Histórico: Inscrição no 349, p. 93, 22/09/05. CONDEPHAAT.

do século XX por Orosimbo Maia e transformada na famosa Fonte Sônia¹⁷.

Assim, torna-se evidente que o crescimento da mancha urbana da cidade, através da abertura de loteamentos, se deu dentro de perímetros remanescentes de fazendas e chácaras. Atualmente, ainda é possível constatar a permanência de grandes vazios na área urbanizada e, ao mesmo tempo, a de manchas loteadas isoladas em meio a grandes áreas verdes (área rural). O primeiro fato é decorrência de que nem todas as áreas urbanizadas foram ocupadas imediatamente com construções, e o segundo é consequência do surgimento de loteamentos fechados no interior de áreas rurais em forma de empreendimentos para habitação popular, ou até mesmo de loteamentos mais antigos de chácaras de final de semana (ou segunda residência).

Da mesma forma, é possível afirmar que as praças analisadas nesta pesquisa, juntamente com os edifícios tombados, são os únicos vestígios patrimoniais urbanos da cidade e constituem marcos do processo de urbanização apresentado. No caso do Largo São Sebastião, o espaço, mesmo tendo sofrido transformações e intervenções, representa ainda um núcleo central e forma uma paisagem que guarda a memória das atividades de várias gerações.

As intervenções realizadas (Figura 2) mostram que o largo sofre influência dos mesmos processos de renovação ocorridos em diversas cidades brasileiras e estrangeiras, inseridos num contexto de busca de uma nova imagem e renovação da capacidade de atração de investimentos e consumo. É atingido também pelos movimentos pendulares, onde a população de alta renda, responsável pela maior movimentação intraurbana, não frequenta a área central e seus espaços públicos. Porém, constata-se a presença de uma população idosa que utiliza a praça como ponto de encontro no período da manhã, ou seja, existe uma apropriação e identificação de moradores com o local.

Como afirma Vedana (2010), que em estudo recente apresenta os arranjos sociais do mercado de rua (as feiras) como uma forma de patrimônio etnológico da vida urbana, estes elementos constituintes da memória coletiva da cidade, ou o que a autora chama de “patrimônios memoriais”, também são encontrados no Largo São Sebastião, onde ocorre o encontro de pessoas mais velhas todas as manhãs. Segundo Vedana (2010, p. 110), é possível atribuir um valor afetivo a estes espaços de trocas sociais, onde se elaboram pertencas e se constituem vínculos.

No caso da Praça Washington Luiz (Figura 3), outros elementos definem a forma dos encontros. A implantação da praça está entre as primeiras obras públicas realizadas no município após o seu desmembramento da

cidade de Campinas e marca uma nova frente de urbanização, acompanhando a abertura da Avenida Dom Nery, no sentido da intensificação da ligação do centro de Valinhos com o centro de Campinas, portanto, já reforçando uma tendência de conurbação entre as cidades. A praça passa a ter um grande significado para a cidade, já que foi sede de grandes eventos como a Festa do Figo. Apesar de não ser mais utilizada com tanta intensidade, ainda constitui um marco na paisagem, por conformar uma grande área aberta na malha urbana e por ser possível reconhecer no seu desenho a presença de parâmetros urbanísticos distintos aos vigentes no período de implantação do tradicional Largo São Sebastião, com a presença de grandes áreas livres e formas geométricas puras, referência aos projetos modernistas. A praça hoje forma um conjunto com os edifícios da antiga Gessy Lever, parcialmente demolidos e alvos de discussão sobre a preservação de exemplares remanescentes do patrimônio industrial da cidade. Assim, pode-se dizer que o contraste e justaposição de épocas, ou as linhas modernas do novo espaço público contrapostas aos edifícios industriais do início do século XX, é a principal característica do valor patrimonial que a praça outorga ao conjunto.

Por último, o Centro de Convivência Brasil 500 Anos (Figura 4) representa um terceiro período do urbanismo da cidade. O projeto marca um período de renovação e requalificação de uma área degradada e subutilizada, a área alagadiça da Avenida dos Esportes. O espaço público criado interliga os dois lados da avenida, antes de difícil transposição. O discurso sobre a necessidade de criar um novo cartão postal, superando a imagem de uma cidade tradicional do interior, mostra a preocupação da gestão pública em atrair novos investimentos privados e consolidar a atração de uma população migrante. Inaugurada no ano 2000 (coincidente com a criação da RMC), com o nome aludindo ao descobrimento do Brasil, a praça linear tornou-se um elemento aglutinador da área central, que impulsiona o comércio, as atividades de lazer e é hoje o nome local de realização de encontros festivos, como os desfiles do dia 7 de Setembro e outras comemorações da cidade. A intensidade de frequência da praça nos diversos períodos indica a formação de uma nova centralidade na cidade e, portanto, de um espaço de identificação da nova composição de moradores.

Não obstante os objetivos distintos de criação dos três espaços analisados, e em vez de atribuir-se uma legitimidade maior ou menor a este ou àquele, parece mais apropriado destacar o fato de que as praças consolidaram a paisagem dos distintos períodos em que foram implantadas, e que testemunham a itinerância de função nos espaços públicos da cidade, de forma análoga ao que

¹⁷ A Fonte Sônia (inaugurada em 12 de julho de 1921) ficou famosa pela produção comercial de água, de doces e por suas belezas naturais, como as cascatas e matas nativas. Além disso, foi local da realização da Festa do Figo. Hoje, é conhecida como Fazenda Hotel Fonte Sônia e atrai inúmeros turistas.

Freitag (2003) descreve sobre a condição de itinerância das próprias cidades brasileiras, revelando o que a autora chama de “poderes peregrinos” e “representações nômades”. A autora afirma que

é corriqueiro na histórica das aldeias, vilas e cidades brasileiras (desde os primórdios da colônia), abandonar ou deixar atrás de si núcleos urbanos criados, para fundar outros, paralelos, transferindo as funções do antigo para o novo. Deste modo, a cidade “abandonada” pode viver um período de estagnação e até mesmo cair no esquecimento (Freitag, 2003, p. 116).

Desta forma, pode-se constatar a ocorrência deste fenômeno nos espaços públicos da cidade e/ou, por extensão, do espaço público mais significativo desta, o centro histórico que, conforme Carrión (2010), foi o espaço urbano coincidente, durante muitos anos, com o próprio território da cidade. Cada praça, portanto, apresenta uso, função e representa um determinado período. A partir do momento em que este espaço não condizia mais com as necessidades locais, outra praça deveria surgir e incorporar este papel. Neste sentido, é que podemos entender o fato de ter sido o Largo São Sebastião a primeira sede da tradicional festa do figo e da festa italiana, até que se tornou pequeno para atender a esta demanda e foi necessário construir a Praça Washington Luiz para exercer esta mesma função, por possibilitar abrigar toda a população. Com a repercussão e a ampliação para o âmbito regional, a festa passa a ser realizada no Parque Municipal Monsenhor Bruno Nardini, levando ao esvaziamento e desprestígio da Praça Washington Luiz. Uma nova praça é então criada, para cumprir a função de grande área livre da cidade, o Centro de Convivência 500 Anos. Constata-se, portanto, uma mudança sucessiva de importância das praças, relacionada à principal festa da cidade, ponto de convergência de destinos turísticos, que, por sua vez, permitem uma importante movimentação econômica na cidade. As praças, no entanto, perderam sua função primordial. Em vez de serem reabilitadas e reinseridas na vida da população valinhense, foram abandonadas sucessivamente, na medida em que não permitem a realização das novas formas de convívio surgidas na cidade.

No caso de Valinhos, como apontado, as praças são marcos da urbanização da cidade, conformam paisagens características, são raros vestígios de um patrimônio urbano descaracterizado, possuem elementos de centralidade, como os equipamentos de comércio e serviços consolidados e são depositárias da memória social. Conformam, portanto, zonas de interesse cultural.

Considerações finais

A área central da cidade de Valinhos, por não possuir um patrimônio arquitetônico relevante do ponto de vista artístico e histórico, segundo os critérios convencionais de definição de valor patrimonial, não está entre

as preocupações dos órgãos de preservação estadual e federal e nem da própria gestão municipal. Entretanto, o avanço dos empreendimentos privados na região reforça a urgência da adoção e divulgação de parâmetros de preservação junto à população e à gestão local. Neste sentido, os espaços públicos concebidos como unidades podem ser elementos importantes para a preservação da memória urbana e coletiva.

Para a conservação física e a preservação da memória dos espaços analisados, tanto a convivência e o ritual de encontro, constatados nos levantamentos realizados no Largo São Sebastião, como as novas relações que se estabeleceram no Centro de Convivência Brasil 500 Anos, devem ser igualmente considerados, reforçados e incentivados, dando continuidade ao ciclo de criação de identidades que passa de geração para geração. Estes espaços públicos permitem a permanência do ritual de encontro e a criação de usos no seu entorno, que constituem a essência do seu “valor patrimonial”.

Porém, não é possível pensar a preservação destes espaços a partir de instrumentos restritivos, como o tombamento. Trata-se de uma discussão de preservação de conjunto, que exige a revisão dos instrumentos e das legislações urbanísticas existentes, de forma que seja possível incluir tal preservação no próprio planejamento urbano, na delimitação de paisagens, bem como nas diretrizes de recuperação de áreas consolidadas da cidade.

Finalmente, tais questões, conforme evidenciado na descrição dos processos regionais de transformação em curso, implicam, simultaneamente, o conjunto de cidades médias e pequenas que fazem parte da Região Metropolitana de Campinas, onde o caso de Valinhos é apenas um exemplo da diversidade de relações encontradas nos espaços públicos e nos centros históricos destas. Porém, com a metodologia constituída neste trabalho para a análise e fundamentação do valor patrimonial das três praças estudadas, espera-se contribuir para a reflexão sobre o valor dos espaços públicos para a memória urbana de outras cidades como Vinhedo, Indaiatuba, Paulínia, para citarmos apenas algumas.

Referências

- ANDRADE, L.; JAYME, J.; ALMEIDA, R. 2009. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. *Cadernos Metrôpoles*, 21:131-153.
- CAIADO, M.C.S.; PIRES, M.C.S. 2006. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: J.M.P. CUNHA (org.), *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, NEPO/ Unicamp, p. 275-304.
- CARRIÓN, F. 2010. El centro histórico como proyecto y objeto de deseo. In: CONGRESO INTERNACIONAL REHABILITACIÓN DEL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO Y EDIFICACIÓN, X, Chile, 2010. *Actas...* CICOP Chile, p. 31-45.
- CHATELOÏN, F. 2008. El centro histórico: ¿concepto o criterio en desarrollo? *Arquitectura y Urbanismo*, 29(2):10-23.
- EMPLASA. 2000. Lei 870 de 19 de junho de 2000 que Cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da

- Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica, a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas, e dá providências correlatas.* Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/sijur/04%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/04.03.%20Regioes%20Metropolitanas/04.03.03.%20Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Campinas/04.03.03.01.%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Geral/01.%20Lei%20Complementar%20Estadual%20n%C2%BA%20870,%20de%2019%20de%20junho%20de%202000.htm>. Acessado em: 30/01/2012.
- FREITAG, B. 2003. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. *Caderno CRH*, 38:115-126.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2000. Legislação do Estado de São Paulo. Lei Complementar nº 870, de 19 de junho de 2000, que *Cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica, a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas, e dá providências correlatas.* Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>. Acessado em: 30/01/2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/estimativa.shtm, acessado em: 30/01/2012.
- MESSENTIER, L.M. de. 2006. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. Disponível em: <http://www.artigo-cientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1252>. Acesso em: 14/10/2010.
- MIGLIORANZA, E. 2005. *Condomínios fechados – localizações e pendularidade: um estudo de caso no Município de Valinhos/SP.* Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 105 p.
- MIGLIORANZA, E.; CUNHA, J.M.P. 2006. Valinhos: um novo padrão de cidade-dormitório? In: J.M.P. CUNHA (org.), *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.* Campinas, NEPO/ Unicamp, p. 539-560.
- MONOGRAPHIA DE CAMPINAS. 1929. *Apontamentos para uso dos alunos do Curso Preliminar por um Professor Campineiro*, 3ª ed., Campinas, Editora Linotypia da Casa Genoud, 31 p.
- MUÑOZ, F. 2008. *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales.* Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 215 p.
- PIRES, M. 2000. *Valinhos – tempo e espaço: história do município.* 2ª ed., Valinhos, Prefeitura Municipal de Valinhos.
- SCHICCHI, M.C. 2003. Local ou global: o centro como princípio (Posfácio). In: M.C. SCHICCHI; D. BENFATTI (orgs.); D.P. MACHADO (colab.), *Urbanismo: Dossier São Paulo – Rio de Janeiro.* Campinas/RJ, PUC-Campinas/UFRJ, p. 297-314.
- SCIOTA, A.A. 2002. *Urbanização e apropriação de espaço: subsídio para o planejamento de Valinhos.* São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. IPT, 149 p.
- SERPA, Â. 2007. *O espaço público na cidade contemporânea.* São Paulo, Ed. Contexto, 205 p.
- VEDANA, V. 2010. Mercados de rua e feiras livres como patrimônio etnológico: um ensaio sobre as trocas sociais de mercado como patê da memória coletiva da cidade moderno-contemporânea. In: M.C.C. de C. FRANÇA; C.G. LOPES; Z. BERND, *Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura.* Porto Alegre/Canoas, Movimento/Unisalle, p. 91-111.
- VILLÇA, F. 1998. *Espaço intraurbano no Brasil.* São Paulo, Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 373 p.

Submetido: 13/05/2013

Aceito: 28/05/2013

Carolina Sumaquero Gutmann

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo
Rodovia D. Pedro I, km 136, Parque das Universidades
13086-900, Campinas, SP, Brasil

Maria Cristina Schicchi

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo
Rodovia D. Pedro I, km 136, Parque das Universidades
13086-900, Campinas, SP, Brasil